

OCUPAÇÕES ESCOLARES: O DISCURSO DO PODER JORNALÍSTICO

Luiza VAZ¹
Claudemir HAUPTMANN²

RESUMO

Este trabalho faz um estudo crítico das notícias dos portais CATVE e CGN no período que compreende a época das ocupações escolares em 2016, a fim de mostrar que a mídia pode ser tendenciosa em seu discurso e exemplificar os recursos utilizados que denunciam essa questão. Tem como objetivo comparar as notícias veiculadas entre estes dois portais, revelando se algum destes aborda a notícia em seu amplo aspecto, além do subjetivo. Acredita-se que a abordagem teórica permitirá a análise do abuso de poder, escolha de fontes, controle do discurso e ética jornalística, com base em pensadores do estudo crítico no jornalismo. A metodologia deste trabalho conta com pesquisa bibliográfica e um estudo de caso.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo; Mídia; Abuso de Poder; Ocupações Escolares.

¹ Jornalista formada pelo Centro Universitário FAG. E-mail: luizaufv@hotmail.com

² Orientador do trabalho. E-mail: cchauptmann@fag.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Ainda em meados do século passado, os teóricos da Escola de Frankfurt já haviam denunciado que os meios de comunicação se prestavam ao papel de instrumentos de violência simbólica e de dominação, a serviço das classes dominantes, a saber, principalmente dos grupos econômicos e políticos, que normalmente são donos das principais empresas e meios de comunicação.

Essas eventuais vinculações econômicas e ideológicas, somadas a uma série de questões técnicas relativas ao processo de construção das notícias, podem transformar os meios de comunicação em instrumentos de ajustamento a serviço do poder estabelecido pelas elites.

Ao longo da história da imprensa no Brasil, alguns momentos políticos de relevância já mostraram as grandes empresas num comportamento tendencioso. Isso ocorreu ainda nos anos 60, com a grande mídia apoiando o golpe civil-militar; e voltou a ocorrer com o movimento “Diretas Já”, nos anos 1980; entrou para os anais com a edição do famoso debate entre os candidatos a presidente da República entre Fernando Collor de Melo e Luiz Inácio Lula da Silva, amplamente favorável ao primeiro; e, mais recentemente, viu-se esse posicionamento tendencioso da grande mídia no tratamento dado novamente aos ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff.

Em fins de 2016, por exemplo, a defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou ao juiz federal Sérgio Moro e à Comissão Internacional de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) um estudo sobre a cobertura da imprensa brasileira. O estudo, ainda que usado como instrumento político de defesa, que se não serve para inocentar o ex-presidente das acusações, comprova uma parcialidade no mínimo eticamente condenável por parte da imprensa no tratamento dado ao caso.

O estudo³, disponível inclusive no site do ex-presidente, foi preparado pelo cientista político, sociólogo e mestre em Filosofia, João Feres Júnior, vice-diretor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e coordenador do Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (Lemep) – que produz o *Manchetômetro*, indicador das tendências políticas da mídia brasileira.

³ Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/12/estudo-uerj-revela-massacre-midia-contra-lula.html>. Acesso em 15 de maio de 2017.

O levantamento, com dados do Jornal Nacional, da TV Globo, mostra “que entre o final de dezembro de 2015 e agosto de 2016, foram ao ar praticamente 13 horas de notícias negativas sobre o ex-presidente, apenas 4 horas de noticiário considerado neutro e nem 1 segundo de notícias com viés positivo”. E, ainda segundo o estudo, em metade de todas as reportagens consideradas negativas à imagem do ex-presidente, não foi dado o direito ao contraditório, ou seja, não foram ouvidos na produção o próprio ex-presidente, sua assessoria ou algum de seus advogados.

Muito já se produziu sobre as manipulações nos processos de produção jornalística, que resultam em conteúdos tendenciosos, reforçando, geralmente, os enquadramentos favoráveis às elites dominantes da sociedade, como os grupos econômicos e políticos com mandatos ou partidos com maior número de assentos no Legislativo.

Esses problemas acontecem, também, em escalas menores, no cotidiano de nossas cidades pelo interior do Brasil. A imprensa costuma abordar um fato utilizando-se, normalmente, de fontes oficiais. E isso nem seria tão problemático se também não significasse, inversamente, o silenciamento das vozes dissonantes das versões oficiais, daquelas vozes que não representam os interesses das chamadas elites dominantes.

O problema do fontismo⁴, além de materializar as vozes e versões oficiais sobre os fatos do cotidiano, é que significa, necessariamente, o silenciamento das minorias, num exercício que põe o jornalismo como instrumento de subjugação do sujeito, em vez de promover sua libertação.

Para dar suporte à discussão que se pretende nesse trabalho, é considerado um recorte sobre a abordagem e a seleção de fontes feitas pelos dois principais portais de notícias de Cascavel, no Paraná, a saber: o da CGN e o da CATVE, durante a cobertura da ocupação das escolas públicas por estudantes do ensino médio, que protestavam contra a proposta de reforma do Ensino Médio. As notícias consideradas na presente análise foram veiculadas entre os dias 6 de outubro e 10 de novembro de 2016. Naquele período, centenas de escolas foram ocupadas em todo o Estado do

⁴ Fontismo é a expressão utilizada por Medina (2002) para criticar a rotina jornalística que limita, por conveniência, o número de pessoas normalmente chamadas a falar sobre temas específicos, de forma que quase sempre as fontes acabam sendo repetidas a cada vez que um mesmo tema é abordado.

Paraná, num movimento articulado pelas entidades de classe, como a União Paranaense dos Estudantes (Upes), associações municipais e grêmios estudantis.

Já quanto ao suporte teórico para a discussão, além de buscar referenciais específicos do jornalismo, aciona-se alguns conceitos-chave encontrados nos Estudos Críticos do Discurso (ECDs), a partir das obras de Van Dijk, como discurso, acesso, abuso de poder, entre outros. Em sua obra, o autor supracitado demonstra o papel dos estudiosos dos ECDs, que cumpriram uma função social importante ao identificar opiniões e interesses implícitos no discurso da grande mídia. Segundo Van Dijk (2010, p. 16):

Eles assumem uma posição e fazem isso de modo explícito. Enquanto muitas pesquisas sociais “neutras” podem ter uma posição social, política ou ideológica implícita (ou, de fato, negar que tomam essa posição, o que obviamente é também uma tomada de posição), estudiosos dos ECD reconhecem e refletem sobre seus próprios compromissos com a pesquisa sobre sua posição na sociedade. Eles não são conscientes apenas cientificamente de sua escolha de tópicos e prioridades de pesquisa, teorias, não meramente estudam os problemas ou formas sociais de desigualdade porque são coisas “interessantes” para estudar, mas também estudam com o propósito explícito de contribuir para uma mudança social específica em favor de grupos dominados.

Por isso, no presente trabalho, que tem como objetivo analisar a angulação da imprensa durante as manifestações estudantis, deve ficar claro o entendimento de que se faz uma crítica a cobertura jornalística, no sentido de conclamar os profissionais da área a discutir e refletir mais sobre a práxis jornalística e seus efeitos sobre a sociedade. O artigo é dividido em duas etapas: uma teórica e outra de estudo de caso.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O JORNALISMO E SEUS COMPROMISSOS

Como fundamento para a análise que se apresenta a seguir, é preciso ponderar sobre alguns dos compromissos do jornalismo. Tais compromissos, a partir do que se tem como premissa nesse trabalho deve, portanto, nortear a ação

cotidiana dos profissionais. De acordo com Kovach e Rosenstiel (2003), por exemplo, nove itens são estruturantes para o exercício do que se poderia qualificar como um bom jornalismo, a saber:

A primeira obrigação do jornalismo é a verdade. 2. Sua primeira lealdade é com os cidadãos. 3. Sua essência é a disciplina da verificação. 4. Seus profissionais devem ser independentes dos acontecimentos e das pessoas sobre as que informam. 5. Deve servir como um vigilante independente do poder. 6. Deve outorgar um lugar de respeito às críticas públicas e ao compromisso. 7. Tem de se esforçar para transformar o importante em algo interessante e oportuno. 8. Deve acompanhar as notícias tanto de forma exaustiva como proporcionada. 9. Seus profissionais devem ter direito de exercer o que lhes diz a consciência. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 22-23).

Neste caso o papel social do jornalismo não se restringe apenas a um relator de fatos, mas um construtor da realidade. A autora Cremilda Medina (1982, p. 22) reflete que “o papel social que está investido, é estabelecer pontes na realidade dividida, estratificada em grupos de interesse, classes sociais, extratos culturais e faixas até mesmo etárias”.

Os efeitos sociais dessa construção diária deveriam levar a um jornalismo que tenta um “maior número possível de versões, na busca incessante de uma verdade inatingível, na solidariedade aberta a todos que tenham alguma coisa a falar” (MEDINA, 1982, p. 23).

As práticas jornalísticas, como as consideradas inicialmente aqui, acabam corroborando aquele conceito de Marcondes Filho (1984, p. 22), segundo o qual a notícia tornou-se um produto à venda na vitrine do capitalismo industrial, pois:

Imprensa e capitalismo são pares gêmeos. Dificilmente pode-se imaginar a atividade jornalística, nascida no núcleo e dentro da lógica do modo de produção capitalista, como algo muito distinto dele. Ela só existe – pelo menos nos termos que conhecemos hoje – transformando informações em mercadorias e colocando-as transformadas, alteradas, às vezes mutiladas segundo as orientações ideológico-políticas de seus artífices, à venda.

Outros teóricos escrevem que além de produto, a notícia é apresentada como um espetáculo, onde “o público é tratado como consumidor, inserido na lógica comercial, que fabrica ícones e veicula situações inusitadas ou irreverentes. Em outras palavras, entretenimento e espetáculo” (PENA, 2005, p. 90).

A imprensa se especializou no fazer a partir de um conjunto clássico de técnicas de apuração, reportagens e entrevistas. Na medida em que priorizou essa competência, no entanto, afastou-se do diálogo possível, perdendo a capacidade de dar significados plurais para seus conteúdos. “Se os meios são de comunicação, que se encare então o que é comunicar, interligar. O maior obstáculo é o dirigismo com que se executam as tarefas de comunicação social” (MEDINA, 2002, p. 6). Apegado às técnicas, o jornalismo tem dado espaço a um número cada vez mais restrito de vozes, limitando as versões sobre fatos e acontecimentos ao que dizem os representantes das elites.

Obviamente, o dirigismo na atuação jornalística é um problema ético também. A atuação jornalística se pauta em direitos e deveres previstos pela Associação Brasileira de Imprensa, aprovados pelo Congresso Nacional dos Jornalistas Profissionais, formulados no seu código de ética, ao qual o jornalista deve subordinar-se para com a sociedade. São eles o direito à informação, a conduta profissional do jornalista, seus deveres e direitos. Ao todo são 27 artigos que protegem a execução do trabalho e de quem recebe a informação.

Pensando na perspectiva do presente trabalho, será ressaltado o Artigo 6º do Código de Ética, que comprova que é dever do profissional de jornalismo um compromisso com a sociedade como um todo: “o exercício da profissão de jornalista é uma atividade de natureza social e de finalidade pública, subordinado ao presente Código de Ética” (CÓDIGO, 1986, art. 6º, s/p).

2.2 FONTISMO

Na notícia, a própria seleção das fontes pode dizer muito sobre qual partido o veículo de comunicação toma em suas narrativas. Isso não é errado, desde que seja explícito e não implícito. Quando um jornal buscar informações somente com fontes oficiais, isso quer dizer que o próprio jornalista ou empresa pode ter interesses políticos ou estratégicos, o que pode comprometer a veracidade da notícia. Lage explica que essa seleção beneficia grupos dominantes:

Fontes oficiais, como comprovam autores de todas as épocas, falseiam a realidade. Mentem para preservar interesses estratégicos e políticos

duvidosas, para beneficiar grupos dominantes, por corporativismo, militância, em função de lutas internas pelo poder. Mentem menos se os funcionários são mais estáveis e, portanto, conseguem sustentar sua integridade como estatísticos ou analistas. Mentem menos em sistemas totalitários do que democráticos; mentem muito, provaram Chosmky e Hernam, nos Estados Unidos, quando estão em jogo os interesses imperiais do País. Comumente - e isso não é considerado aético -, sonegam informações de que efetivamente dispõem (os segredos de Estado, os dados confidenciais ou reservados, categoria que costuma expandir-se além do justificável), destacam aspectos da realidade que convêm às instituições (preferindo, por exemplo, números relativos a absolutos, ou o contrário), alegam dificuldades inexistentes para desestimular quem procura informar-se. Funcionários mentem também por desleixo e preguiça, por vaidade (para fingir que são bem informados) e para se livrar do repórter chato. (LAGE *apud* SÓLIO, 2011, p. 63-64).

As fontes primárias, ou oficiais, são aquelas que detêm o principal da informação, por um saber técnico, que outras partes não possuem. Mas é comum e ingênuo pensar que essas informações não possam ser manipuladas de acordo com outros interesses. As fontes secundárias são consultadas para informações da própria experiência com determinado acontecimento ou para um saber genérico. Já as terciárias são testemunhos de um fato.

A Folha de São Paulo possui um manual que distingue alguns tipos de fontes:

1) Fonte tipo zero - Escrita e com tradição de exatidão, ou gravada sem deixar margem de dúvida: enciclopédias renomadas, documentos emitidos por instituição com credibilidade, videoteipes. Em geral, a fonte de tipo zero prescinde de cruzamento. Para não repetir erros já publicados, evite ter um periódico do tipo jornal ou revista como única fonte para uma informação.

2) Fonte tipo um - É a mais confiável nos casos em que a fonte é uma pessoa. A fonte de tipo um tem histórico de confiabilidade - as informações que passa sempre se mostram corretas. Fala com conhecimento de causa, está muito próxima do fato que relata e não tem interesses imediatos na sua divulgação. Embora o cruzamento de informação seja sempre recomendável, a Folha admite que informações vindas de uma fonte tipo um sejam publicadas sem checagem com outra fonte.

3) Fonte tipo dois - Têm todos os atributos da fonte tipo um, menos o histórico da confiabilidade. Toda informação de fonte dois deve ser cruzada com pelo menos mais uma fonte (do tipo um ou do tipo dois) antes de publicada.

4) Fonte tipo três - A de menor confiabilidade. É bem informada, mas tem

interesses (políticos, econômicos, etc.) que tornam suas informações nitidamente menos confiáveis. Na Folha, há dois caminhos para a informação de fonte tipo três: funcionar como simples ponto de partida para o trabalho jornalístico ou, na impossibilidade de cruzamento com outras fontes, ser publicada em coluna de bastidores, com a indicação explícita de que ainda se trata de rumor, informação não confirmada.

Com o fator novidade de notícia, a importância de uma informação é ainda mais relevante. Cabe aos jornalistas estarem bem informados o tempo todo e cuidarem com o tipo de fonte que utilizarão.

2.3 ESTUDOS CRÍTICOS DO DISCURSO JORNALÍSTICO

Para além das premissas técnicas, que determinam as práticas desejáveis do jornalismo, considera-se aqui como pano de fundo teórico para a análise, alguns conceitos-chave dos Estudos Críticos do Discurso, encontrados principalmente na vasta obra do linguista holandês Teun Van Dijk. Ao retomar o caráter introdutório sobre os conceitos de discurso e dominação, em seu livro *Discurso e Poder* (2010) e que já haviam sido trabalhados no livro *Cognição, Discurso e Interação* (1992), o autor justifica afirmando ser imperativo focalizar as dimensões do poder que são diretamente relevantes para o estudo do uso linguístico, do discurso e da comunicação, uma vez que o exercício e a manutenção do poder se apoiam na estrutura ideológica: “essa estrutura, formada por cognições fundamentais, socialmente compartilhadas e relacionadas aos interesses de um grupo e seus membros, é adquirida, confirmada ou alterada, principalmente por meio da comunicação e do discurso” (VAN DIJK, 2010, p. 43).

Em razão disso, entre os cuidados que enumera para a identificação de tal estratégia, está à necessidade da observância de uma entonação particular, emprego de pronomes, constituição e disposição das manchetes jornalísticas, escolhas lexicais, o ângulo e seleção de fotografias, uso de metáforas, que podem dar relevo e tornar evidente uma relação abstrata como é a de poder e sociedade. Nesse sentido, caberia listar entre tais necessidades também considerar a seleção de fontes

utilizadas pelo jornalismo, como forma de materializar a análise de angulação proposta por Van Dijk.

Parece óbvio que o trabalho da imprensa, de um modo geral, produz impactos sociais na medida em que informa sobre fatos e acontecimentos. No entanto, esse impacto não decorre apenas do conteúdo que apresenta diariamente. Mas também da forma como produz tais conteúdos, ou seja, a imprensa também causa efeitos quando consagra determinadas rotinas e procedimentos técnicos.

No jornalismo, a seleção de vozes para falar sobre os temas do dia caracterizam a prática do fontismo (MEDINA, 2002). Ou seja, quem geralmente é selecionado para falar são as autoridades constituídas, representantes do poder nas esferas econômicas, política e social. Ao selecionar temas diários, ângulos de abordagens para tratar de tais temas e quais fontes serão usadas para falar sobre os assuntos, a imprensa provoca efeitos sociais, como a hierarquização de temas ou mesmo a celebração de personagens já ligados às elites dominantes. E, ainda mais grave, até pelo caráter axiomático, o conteúdo da imprensa também acaba por constituir consensos, influenciando a opinião pública.

Questão central para os Estudos Críticos do Discurso, o abuso de poder ocupa grande espaço na obra de Van Dijk. Nesse artigo, procura-se associar o abuso de poder, nos termos deste autor, na rotina do jornalismo, especialmente no caso das notícias sobre a ocupação das escolas pelos estudantes do Ensino Médio durante as manifestações da categoria, contra as propostas governamentais de reforma.

Van Dijk (2010, p.13) explica que o abuso de poder, nestes termos (ECD), “só pode se manifestar na língua onde existe a possibilidade de variação ou escolha”, tal como chamar uma pessoa de invasor, sem-terra ou trabalhador rural, dependendo da posição e da ideologia do falante ou do jornalista e do meio em que atua. Ao analisar as notícias da imprensa escolhidas para o recorte nesse artigo, é possível ver como o enquadramento dado na cobertura dos episódios pode se caracterizar como abuso de poder, na medida em que os veículos de comunicação reduziram sensivelmente o espaço para a fala dos estudantes durante a cobertura, priorizando as versões oficiais representadas por fontes ligadas à direção das escolas, ao Núcleo Regional de Educação, à Secretaria de Estado da Educação e ao Governo do Estado.

Segundo os ECD, o discurso ideológico ocorre quando os autores ou controladores dos turnos da fala (como um juiz durante um júri, um professor em sala de aula ou a imprensa na cobertura de um evento) selecionam fontes ou determinadas técnicas ou itens lexicais de forma a manter, na reprodução discursiva, uma polarização entre dominantes e dominados, por exemplo. De acordo com Van Dijk (2010), a manutenção de estruturas discursivas polarizadas desempenha papel fundamental na expressão, aquisição, confirmação e reprodução da desigualdade social.

No entanto, esse tipo de relação entre estruturas sociais e estruturas discursivas não se trata de uma mera relação causal. Antes, decorre de um complexo processo sócio-cognitivo envolvendo, entre outros aspectos, os modelos mentais e representações cognitivas dos envolvidos.

O objetivo geral dos ECDs, e deste tipo de investigação, é esclarecer sobre como o discurso contribui para a reprodução do poder e particularmente sobre o abuso de poder, da dominação. O povo que tem poder, desde um presidente, a senadores, deputados, de governadores a prefeitos e vereadores, até professores, médicos, advogados e também jornalistas. Estas são pessoas que falam e escrevem com alguma liberdade, enfim, são pessoas que controlam o discurso público pela influência que exercem sobre as rotinas sociais. Prova dessa influência seria a presença frequente dessas pessoas como personagens e fontes de informação jornalística, por exemplo. Juntos, discurso e comunicação passam a serem ferramentas estratégicas por parte das chamadas elites dominantes, como já perceberam teóricos da Escola de Frankfurt, como Habermas (MATTELART E MATTELART, 2000).

Van Dijk (2004) mostra que é mediante os estudos do discurso que se torna possível compreender os recursos de manipulação e de dominação utilizados pelas elites, pois são elas que têm controles específicos sobre o discurso público. É um tipo de poder que, conforme o autor, permite controlar os atos de fala dos demais (dominados), define quem pode falar, sobre o que e quando pode falar. Assim, considera-se, nesse tipo de estudo, que o poder das elites é um poder discursivo, pois através da comunicação se produz o que se denomina de construção de consenso: trata-se de um controle discursivo dos atos linguísticos por meio da

persuasão, a maneira mais moderna e definitiva de se exercer o poder. Os atos são intenções e, controlando as intenções, controlam-se os atos. Existe, portanto, um controle mental através do discurso, o que torna interessante chegar à conclusão que os atos das pessoas, em geral, são atos discursivos.

A forma recente de poder na sociedade consiste em conseguir influenciar o querer das pessoas e o discurso pode influir na sociedade através das cognições sociais dela. Se tivermos claro esse tipo de poder é possível elucidar como se constroem os conhecimentos sobre o mundo – denominados de *scripts* (VAN DIJK, 1992, p. 52) –, as ideologias dos grupos sociais, as atitudes sociais, os preconceitos. Para poder influenciar grandes massas ou grupos de pessoas, tanto um quanto outro precisa compreender o discurso (cognição, interpretação individual e social). Os grupos dominantes são os que têm acesso à manipulação e uso das estruturas de dominação. A dominação tem a ver com as relações desiguais entre grupos sociais que controlam outros grupos, com as limitações de liberdade que se exercem sobre um determinado grupo (VAN DIJK, 2004).

Para Van Dijk (1993) uma análise crítica das condições de acesso à comunicação e ao discurso público pressupõe, ainda, uma análise dos efeitos políticos, socioculturais e econômicos do domínio. Alguns pressupostos se tornam, por tanto, imprescindíveis para os ECD.

Entre tais pressupostos, é relevante para o estudo das relações entre discurso e dominação, o conceito de poder social, ou seja, o poder que exercem grupos e instituições. O poder do indivíduo, nesse caso, reflete o poder que deriva de sua condição de membro de grupos dominantes ou da posição social que ocupa.

O poder social é definido por Van Dijk (1993) como noção fundamental de controle. Os grupos, as instituições ou os seus membros têm ou exercem poder quando controlam ou tem capacidade de controlar as mentes ou ações de outros. Esse controle implica em limitações de liberdade ou mesmo da independência de outros, a ponto de se tornarem incapazes de pensar ou agir fora desse controle.

Assim, destaca o autor, os grupos ou instituições dominam outros grupos se tem poder social sobre eles e se abusam de tal poder no seu próprio interesse e contra o interesse dos grupos controlados. Esse “abuso”, diz Van Dijk, pode ser

definido como um conjunto de regras, leis, normas, princípios ou acordos que regulam as ações e as interações sociais aceitáveis num dado momento histórico.

O poder social é fundamentado em recursos socialmente valorados ou no acesso especial a tais recursos, como são os casos da força, da riqueza, da posição social privilegiada, do status, da educação, do saber. E um dos objetivos do domínio é proibir ou limitar a igualdade de acesso a esses e a outros recursos igualmente importantes, como é o caso da informação na atual sociedade do conhecimento, por exemplo. Esse poder social pode ser “distribuído” ou “restringido” a um domínio, como o caso da política, das empresas ou da mídia, criando diferentes “centros” de poder, grupos de elite que controlam todo um entorno.

3 ANÁLISE

3.1 AS OCUPAÇÕES ESCOLARES NA MÍDIA

As ocupações escolares, motivadas pela proposta de implementação da PEC 55⁵, que congela gastos sociais voltados para Educação por 20 anos, movimentaram a imprensa por quase dois meses. A emenda geraria impacto na classe estudantil. O governo defendia a iniciativa alegando que a medida era necessária por conta do descontrole de gastos primários nos anos de 2014 e 2015. Os estudantes, diante disso, protestaram da maneira que lhes era possível: ocuparam as escolas como forma de criar uma discussão acerca do assunto, promovendo debates e iniciativas de restauração da estrutura das escolas.

A imprensa, diante disso, definiu a percepção da população sobre o manifesto a partir de um preocupante dirigismo na condução da cobertura jornalística, em específico, na cidade de Cascavel (Paraná). Em contexto local, notou-se um alinhamento na abordagem feita pelos dois portais em análise, CGN e CATVE, que desfavoreceu o movimento estudantil. Em grande parte das matérias, os alunos tiveram uma participação limitada, quando comparada à participação de outras fontes de informação.

⁵ Proposta de Emenda à Constituição – Teto dos Gastos Públicos. Matéria disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/matéria/127337>. Acessado em 22 de maio de 2017.

Os conteúdos dos dois portais em quase 100% deles não apresentaram falas dos alunos da própria ocupação. Das sete matérias veiculadas pela CATVE, nenhuma teve um estudante como fonte e todas elas não poderiam sequer ser apresentadas como notícia, já que apenas relatavam sobre o que ocorria nos colégios, de maneira superficial, sequer usando uma fonte. Já na CGN, das 17 matérias, apenas duas fontes dentre as 33 fontes utilizadas, no total das notícias, eram estudantes. Estes que faziam parte do movimento “Desocupa Paraná”, que era contra as ocupações e manifestações dos estudantes. O que podemos observar é que em nenhum momento houve uma abertura para o contraditório. Os alunos que lutavam pelo fim da medida do corte de gastos, não tiveram voz dentro do seu próprio movimento. Quando deu voz para um estudante a favor, foi com o líder da UPES, União Paranaense dos Estudantes Secundarista, que pela ocasião seria um estudante, mas também uma fonte oficial. No total foram 24 matérias, 36 fontes. Das 22 fontes oficiais, a sua maioria era de deputados estaduais, representantes da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Núcleo Regional Estudantil e de demais órgão ligados diretamente e indiretamente com a educação. Em contrapartida, foram apenas seis estudantes. Apenas dois eram a favor das ocupações escolares, e o restante era contra. Dentro do levantamento de dados dessas fontes e com base no estudo realizado acerca do controle de discurso, há silenciamento das fontes, uma angulação da grande mídia cascavelense que vai pautar as opiniões através da seleção de personagens. Isso de fato aconteceu não só em Cascavel, mas em outros estados do país, que afastou o público em geral da luta, fazendo que por fim a medida fosse aprovada.

Considerando isso e usando o estudo de controle discursivo e abuso de poder, é possível inferir que essa atuação jornalística vai contra uma premissa fundamental: compromisso com os fatos.

A mídia, como um todo, atua com controle ativo sobre a informação. Na lógica, adotada por Van Dijk (2010, p. 120), quem possui mais acesso a informação pública, mais poder tem. Existe, segundo seu estudo, um controle do contexto acerca de um assunto, “decidindo-se sobre o tempo e lugar do evento comunicativo ou sobre que participantes podem ou devem estar presentes e em que papéis”.

A preferência de fala, dada a deputados, ao governador, aos representantes de órgãos municipais e estaduais, define a uma prática de dirigismo, uma vez que dentro do acontecimento, as fontes oficiais foram à maioria, fazendo com que os conteúdos se prestassem apenas para o interesse ideológico dessas fontes, em detrimento do interesse ideológico de uma minoria diretamente envolvida, no caso, os estudantes e a causa que os motivou. Para exemplificar, Van Dijk (2010) ressalta em sua obra que toda e qualquer manipulação é ilegítima, já que previamente não foi informada a verdadeira intenção do discurso, violando assim, direitos humanos e sociais do público, o que se aplica neste caso,

Em outras palavras, a manipulação não é (somente) “errada” porque viola as máximas conversacionais ou outras normas e regras de conversação, embora possa ser uma das dimensões da fala e da escrita manipuladoras. Nós, portanto, iremos aceitar sem uma análise aprofundada que a manipulação é ilegítima em uma sociedade democrática porque (re)produz e ou pode (re)reproduzir desigualdade: ela serve aos interesses dos grupos políticos e seus falantes, e fere os interesses dos grupos e falantes menos poderosos. Isso significa que a definição não está baseada nas intenções dos manipuladores, nem na maior ou menor consciência dos receptores acerca da manipulação, mas em termos para suas consequências sociais. (VAN DIJK, 2010, p. 239).

Ora, quando priorizou um ponto de vista para relatar os acontecimentos, a imprensa acabou silenciando um grupo – os estudantes – cuja opinião e manifestações seriam estruturantes para a formação da opinião pública sobre o tema que fundamenta a ação de resistência, materializada na ocupação das escolas e a consequente suspensão das aulas. A produção de todas as notícias sobre as ocupações escolares apresentaram aspectos do abuso de poder. Os portais, CGN e CATVE, em nenhum momento abriram espaços para o movimento estudantil justificar seus motivos. Ao contrário, mostrou opiniões desfavoráveis ao movimento. Embora os portais sejam veículos instalados na cidade, nenhum aluno de Cascavel teve a oportunidade de fala nas publicações.

Coerentes com o viés da resistência, os estudantes se expressaram por um informativo independente, criado por eles mesmos, o “Ocupar e Resistir”, um *newsletter* que abordou as iniciativas estudantis durante o manifesto. As publicações do informativo foram realizadas conforme as ações ocorriam durante as ocupações. Na segunda edição, veiculada em, os alunos chegaram inclusive a explicar os motivos:

“nós, como estudantes, estamos cansados de buscar essa conversa e aguardamos por muito tempo o cumprimento das propostas das ocupações que já foram realizadas, que não passaram de uma simples conversa e nenhum avanço”. Eles ainda explicam na segunda edição do “Ocupar e Resistir” que o governador Beto Richa teria chegado a dizer em uma conferência que os alunos não estavam abertos para este diálogo e advertiam que nem mesmo haviam sido convidados para exporem sua opinião na tal conferência.

Por este meio e nas mídias digitais, como *facebook*, os alunos puderam expor suas ações e em diversas ocasiões convidavam pais e a população para participar e entender mais sobre as razões do movimento. Em nenhum momento os portais foram ao local para demonstrar o que estava acontecendo dentro das escolas.

As produções estudantis não tiveram a mesma força que a mídia tradicional teve, por conta da capacidade de penetração e pela regularidade de circulação/atualização. Isso, mais a prioridade dada aos discursos oficiais, resultaram num discurso claramente contrário às ocupações. Sem apoio da imprensa e com a opinião pública pouco sensibilizada para o debate, a PEC 55 acabaria aprovada dias depois, reduzindo os investimentos públicos voltados para Educação por 20 anos.

Pela visão de Van Dijk (2010, p. 30), a “dominação discursiva” leva a uma desigualdade social, desinformação que, neste caso, não apresentou uma abordagem dos fatos de todos os ângulos:

Percebemos que muito da definição (i)legitimidade da escrita e da fala encontra-se enquadrada em termos das consequências mentais negativas da dominação discursiva: desinformação, manipulação, estereótipos e preconceitos, vieses, falta de conhecimento e doutrinação, e como esses elementos podem significar ou levar à desigualdade social, como por exemplo, no caso que tais consequências mentais por sua vez podem influenciar a (ilegítima) interação social, tal como a discriminação.

O viés adotado nas informações era claro: os estudantes foram apresentados no conteúdo jornalístico como adolescentes que não sabiam pelo que lutavam, como se fossem massa de manobra e em várias ocasiões a imprensa falou em depredações que estariam ocorrendo nas escolas como se fossem fatos generalizados e não apenas em casos pontuais.

Embora se possa aceitar a definição geral de dominação discursiva em termos de suas consequências sociais negativas para os receptores, especificar os valores e

as normas que tornam explícitas tais consequências é muito difícil e, é claro, depende da perspectiva de cada pessoa (VAN DIJK, 2010, p.30).

Dentro das discussões da mídia sobre as ocupações, foi apagado durante todo o movimento o motivo de todo o protesto, concentrando a atenção do público apenas no protesto em si e não pela sua verdadeira motivação, a então ameaça de redução dos investimentos públicos em educação pelos próximos 20 anos. Discursivamente os veículos de massa revelam um alinhamento ideológico com os grupos dominantes, os detentores do poder.

3.2 AS NOTÍCIAS NOS PORTAIS CATVE E CGN

Para demonstrar esse partidarismo por meio dos portais, foi realizado um levantamento de notícias sobre os episódios e listadas, para análise, as fontes usadas/citadas. Isso permite exemplificar, por exemplo, como se dá a relação de discurso e poder na mídia, a partir dos dois portais locais escolhidos como recorte para os estudos. O intuito não é julgar os portais pelo conteúdo veiculado, mas mostrar que a manipulação existe não só dentro de grandes veículos de comunicação, mas dentro de todo cotidiano jornalístico.

Todas as matérias foram do período de outubro e novembro de 2016. Apresenta-se a seguir títulos, datas, veículo e fontes, que nessa perspectiva, atuam como principais fontes nas ocupações:

Data	Veículo	Título	Fontes
06/10/2016	CATVE	Alunos protestam contra reforma do ensino médio e estrutura de escola	Oficiais (0) Professores (0) Pais (0) Estudantes (0)
07/10/2016	CATVE	Alunos e professores protestam durante visita do governador em Corbélia	Oficiais (0) Professores (0) Pais (0) Estudantes (0)
10/10/2016	CATVE	Seis colégios de Cascavel são ocupados por estudantes	Oficiais (0) Professores (0) Pais (0) Estudantes (0)

11/10/2016	CATVE	Estudantes pedem doações de alimentos durante ocupação de colégio	Oficiais (1) – NRE Professores (0) Pais (0) Estudantes (0)
11/10/2016	CATVE	Alunos de Toledo trocam salas de aula para protestar na rua	Oficiais (0) Professores (0) Pais (0) Estudantes (0)
29/10/2016	CATVE	Estudantes manifestam contra PEC do Teto em frente ao congresso	Oficiais (1) - Polícia Militar MEC Professores (0) Pais (0) Estudantes (0)
03/11/2016	CATVE	Após ocupação, colégio faz levantamento de materiais quebrados	Oficiais (0) Professores/Diretores (1) Pais (0) Estudantes (0)
07/10/2016	CGN	Estudantes ocupam maior escola pública do Paraná	Oficiais (2) União Paranaense de Estudantes Secundaristas Secretária de Educação do estado, Ana Seres Professores/Diretores (2) Tânia Maria Acco, diretora geral do Colégio Estadual do Paraná Telma Satel, professora de Geografia Pais (0) Estudantes (1) Matheus dos Santos, presidente da UPES
08/10/2016	CGN	Protestos se intensificam e alunos falam e ocupar escolas	Oficiais (2) Governador do Estado do Paraná, Beto Richa Assistente da chefia do NRE, Maria Justo Professores/Diretores (0) Pais (0) Estudantes (0)
10/10/2016	CGN	Números de escolas ocupadas chega a oito em Cascavel	Oficiais (1) Núcleo Regional de Educação União Paranaense de Estudantes Secundaristas e seu vice-presidente,

			Marcelo Miranda Professores/Diretores (0) Pais (0) Estudantes (0)
11/10/2016	CGN	Núcleo orienta escolas a registrarem BO sobre ocupação	Oficiais (1) Núcleo Regional de Educação Professores/Diretores (0) Pais (0) Estudantes (0)
12/10/2016	CGN	Preocupação do NRE é com integridade dos alunos durante as ocupações	Oficiais (1) Núcleo Regional de Educação Professores/Diretores (1) Diretor do CEEP, Nildo Santanello Pais (0) Estudantes (0)
13/10/2016	CGN	Ocupação: alunos são colocados para fora	Oficiais (1) NRE Professores/diretores (0) Pais (1) Iraci de Lima, mãe de um estudante Estudantes (0)
17/10/2016	CGN	Governo decide decretar recesso escolar por conta das ocupações nas escolas	Oficiais (4) Chefe da Casa Civil, Valdir Rossoni Procurador-geral do Estado, Paulo Sérgio Rosso Secretária de Educação do Estado, Ana Seres Presidente da Associação Estadual de Conselheiros Tutelares do Paraná Professores/Diretores (0) Pais (0) Estudantes (0)
20/10/2016	CGN	Estudantes criam movimento "Desocupa Cascavel"	Oficiais (1) Governador do Estado do Paraná, Beto Richa Professores/Diretores (0) Pais (0) Estudantes (1) Uziel Fuhr, estudante do segundo semestre do curso

			técnico de eletromecânica do CEEP, um dos líderes do movimento "Desocupa Cascavel"
21/10/2016	CGN	Alunos do leda fazem Operação Limpeza em Colégio	Oficiais (0) Professores (0) Pais (0) Estudantes (0)
21/10/2016	CGN	Colégios ocupados no NRE têm 37 mil alunos matriculados	Oficiais (1) NRE Professores (0) Pais (0) Estudantes (0)
21/10/2016	CGN	Alunos discutem reforma do Ensino Médio no CEEP	Oficiais (0) Professores (0) Pais (0) Estudantes (0)
26/10/2016	CGN	Ocupação de escolas e assassinato de estudante dominam debates	Oficiais (2) Deputado Hussein Bakri Deputado Professor Lemos (PT) Professores (1) Gilmar Tsalikis Pais (0) Estudantes (1) Patrick Egnaszewski, representante do movimento Desocupa Paraná
27/10/2016	CGN	Ministério Público se posiciona sobre ocupação nas escolas	Oficiais (1) Procuradoria Geral da Justiça – Ministério Público do Paraná Professores (0) Pais (0) Estudantes (0)
27/10/2016	CGN	Estudantes participam da sessão da Assembleia Legislativa e defendem ocupações nas escolas	Oficiais (2) Deputado Tadeu Vineri Deputado Hussein Bakri (PSD), presidente da Comissão de Educação da Alep Professores (0) Pais (0) Estudantes (2) Nicoly Moreira do Nascimento, 15 anos, estudante do Colégio Estadual Santa Felicidade Ana Júlia Pires Ribeiro, 16 anos,

			estudante do Colégio Estadual Senador Manoel de Alencar Guimarães
02/11/2016	CGN	"ENEM tem todo ano", diz porta voz do movimento de educação	Oficiais (1) Edson Solak, chefe do Estado-Maior do Primeiro Comando Policial da PM Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da OAB, Anderson Rodrigues Ferreira Professores (0) Pais (0) Estudantes (1) Lyah, 17 anos, ocupa o Colégio Estadual do Paraná
02/11/2016	CGN	Após ocupação, objetos não teriam sido encontrados	Oficiais (0) Professores (0) Pais (0) Estudantes (0)
10/11/2016	CGN	Tivemos que ocupar para sermos ouvidos, diz símbolo das ocupações no PR	Oficiais (0) Professores (0) Pais (0) Estudantes (2) Ana Júlia Ribeiro, 16 anos, que se tornou símbolo das ocupações paranaenses Lidiane de Paula Pereira, 18 anos, estudante de Gestão Social na UFRJ

Um ponto perceptível nesta pesquisa foi que além de não trazer os alunos como principais vozes nas notícias, quando estes eram mencionados era por um contra movimento das ocupações ou a verdadeira espetacularização.

Outro caso importante, foi quando deram vozes para estudantes que criaram o movimento "Desocupa Paraná" e "Desocupa Cascavel", apresentando apenas os "problemas" da ocupação.

Houve momentos que os alunos trabalharam em prol de uma reforma no colégio, na época, mas isso foi abordado apenas em uma notícia, enquanto três

outras apresentavam depredações em um colégio, mas vendido como uma prática generalizada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se olha para a cobertura jornalística do ponto de vista de espectador, temos a falsa impressão de que tudo o que é veiculado é a verdade por completo. Como jornalistas, absorvendo conhecimento ao longo de uma formação e na prática do dia a dia, é notável que as questões atreladas à angulação da notícia, seleção de fontes são muito subjetivas, pautadas no interesse da empresa, seja ele político ou econômico e infelizmente, em menos vezes, com interesse verdadeiramente social. A escolha do momento das ocupações foi justamente a oportunidade para mostrar que não só o jornalismo em âmbito nacional e sim local, tem a tendência em favorecer fontes oficiais, as elites dominantes, como grandes empresários, políticos e governantes, sendo que a maior parcela da população não se enquadra dentro destes cargos, neste caso, os estudantes eram a grande maioria e estavam reivindicando um direito que é inteiramente deles: a educação de qualidade.

As vozes sociais não têm acesso à informação, controle de temas como a elite tem. Os alunos a favor das ocupações escolares buscaram pelo ato de ocupar escolas, porque no momento era a única forma de que eles tiveram de protestar, já que pela grande mídia eles não tinham vez. A mídia então deturpou o seu discurso, já que houve o silenciamento dessas fontes, desatrelou o real motivo do manifesto, apenas apontando problemas muito pontuais como gerais, causando uma grande desinformação para massa, o que afastou as outras pessoas dessa luta, não impedindo que a PEC 55, da redução do teto para educação, fosse aprovada.

O jornalismo hoje é o porta-voz das classes dominantes e consolida, assim, desigualdades sociais em detrimento das classes dominadas. Faz com que as pessoas percam os direitos fundamentais da sociedade: educação, saúde, políticas públicas, justamente por não terem acesso a eles, pensando discursivamente.

Neste artigo foi ressaltada como o discurso da mídia influencia a opinião pública usando do poder, desde as escolhas de fontes e abordagem acerca de um

fato. A emenda da PEC 55 foi aprovada pelo Senado Federal no segundo turno de votação por 53 votos a 16. Grande tumulto na imprensa gerado pelo manifesto estudantil contra a redução do teto de gastos desvinculou-se do objetivo central, deixando no esquecimento o porquê desta luta, não evitando que o corte. Para o levantamento dessas ideias, foram usados como base o estudo de Van Dijk, sobre estudos críticos do discurso e abuso de poder, no qual o ator apresenta os recursos de manipulação e como eles são utilizados pela grande mídia.

REFERÊNCIAS

CÓDIGO de Ética do Jornalista Brasileiro. **Federação Nacional dos Jornalistas Brasileiros** – Fenaj. 1986. Disponível em: http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf. Acessado em 18 de maio de 2017.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os Elementos do Jornalismo** - O que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração, 2003.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Imprensa e Capitalismo**. São Paulo: Kairos, 1984.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2000.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista** – O Diálogo Possível. São Paulo: Ática, 2002.

_____. **Profissão jornalista: responsabilidade social**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

SÓLIO, Marlene Branca. **Jornalismo Organizacional**. Produção e Recepção. São Paulo: Summus Editorial, 2011.

VAN DIJK, Teun A. **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 1992.

_____. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **Discurso y Dominación**. In: Universidad Nacional de Colombia. Sede Bogotá. Facultad de Ciencia Humanas. Grandes Conferencias en La Facultad de Ciencias Humanas, Nº 4, Febrero de 2004. Disponível em: <http://www.discursos.org/download/articles/index.html>. Acessado em 10/05/2017.

_____. **Discurso, poder y acceso**. In: A Trabe de Ouro (Santiago de Compostela) Tomo IV, 1993, pp. 523-546. Disponível em: <http://www.discursos.org/download/articles/index.html>. Acessado em 10/05/2017.